

## CORREIO SERRANO

Divulgação



Caso foi registrado na Delegacia de Polícia de Teresópolis

### Upam identifica corte irregular de árvores em Teresópolis

Policiais militares da Unidade de Policiamento Ambiental (UPAm) do Parque Estadual dos Três Picos identificaram o corte irregular de árvores em uma área próxima a um curso d'água no bairro Albuquerque, em Teresópolis, na Região Serrana. A ação ocorreu nesta terça-feira (21), após denúncia encaminhada pelo Disque Denúncia, por meio do programa Linha Verde. Durante a fiscalização, agentes da 5ª UPAm constataram indícios de parcelamento irregular do solo, como demarcações de lotes e placas com telefone de um possível responsável pela área. No entanto, não havia qualquer sinalização de licenciamento ambiental para as atividades no local.

#### Caso na 110ª DP

Diante das irregularidades, a equipe encaminhou o caso para a 110ª Delegacia de Polícia, onde a ocorrência foi registrada. Até o momento, não há informações sobre responsáveis identificados ou autuações aplicadas. O Disque Denúncia mantém canais abertos para comunicação de crimes ambientais, com atendimento 24 horas por telefone e plataformas digitais, garantindo o anonimato dos denunciante.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Ex-prefeito do Rio tem fincado raízes pelo Sul Fluminense

### Começaram as promessas

O ex-prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, esteve em Três Rios nesta semana para uma visita ao prefeito Jonas Dico. Durante o encontro, Paes destacou o município como um dos principais polos industriais do estado e apresentou propostas voltadas ao desenvolvimento da região, caso vença a eleição para o governo estadual. Entre as medidas citadas estão a criação de um novo marco de incentivos fiscais, a implantação de um terminal de cargas no município, a ampliação do ensino técnico e ações voltadas ao desenvolvimento regional.

#### Fundo específico

O ex-prefeito também mencionou a criação de um fundo industrial específico para Três Rios e cidades do entorno. A visita ocorre em meio à articulação política visando o cenário eleitoral e reforça o posicionamento do município como estratégico para a economia fluminense. Paes citou ainda que Três Rios é a 'esquina do Brasil', tendo em vista que conta com duas rodovias federais e duas ferrovias.

### Prorrogado

A Prefeitura de Petrópolis prorrogou o prazo de pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), referente à competência de março de 2026. Agora, os contribuintes podem quitar o tributo até o dia 27 de abril de 2026. A medida foi oficializada por meio de decreto publicado pelo município.

### Multas

Na prática, isso significa mais tempo para empresas e profissionais autônomos organizarem o pagamento do imposto municipal, que incide sobre a prestação de serviços. De acordo com o texto do decreto, quem fizer o pagamento até a nova data não terá cobrança de acréscimos moratórios, como juros e multa por atraso.

### Corrida

A 4º Night Run Cantagalo teve a data alterada: a corrida, que seria realizada no dia 25 de abril, foi transferida para o dia 09 de maio, às 19h, no Centro de Cantagalo. De acordo com o município, a mudança foi feita para garantir uma experiência ainda melhor para todos os participantes.

### Evento

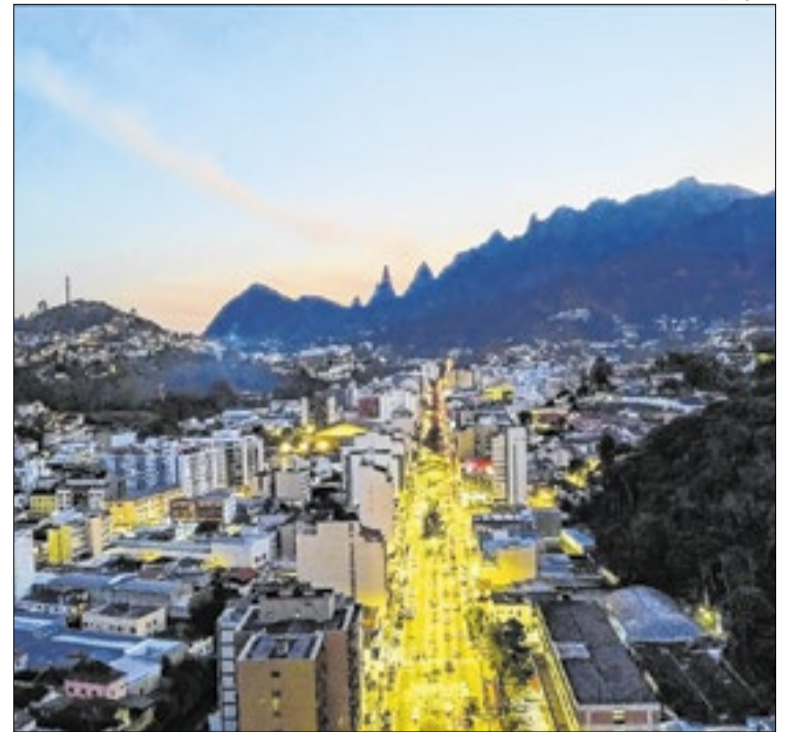
A Prefeitura de Guapimirim realiza, entre os dias 27 e 29 de abril, uma programação especial voltada para microempreendedores individuais (MEIs) e interessados em abrir ou fortalecer um negócio. As atividades são gratuitas e acontecem sempre das 19h às 21h, no Cine+ da Praça Agnaldo Pereira, na Parada Modelo.

### Objetivo

A iniciativa tem como objetivo orientar os participantes sobre temas importantes para a gestão e o crescimento de pequenos negócios, com linguagem acessível e foco prático. Durante os encontros, especialistas vão explicar conceitos técnicos, como acesso a crédito, mudanças nos impostos e uso de novas tecnologias.

### Cadastro

A Prefeitura de Guapimirim está promovendo o Censo Incluir Guapimirim, um levantamento voltado para identificar e cadastrar pessoas com deficiência (PcD) que vivem no município. A iniciativa busca reunir dados para melhorar a criação de políticas públicas, ampliar o acesso a direitos e garantir mais qualidade de vida à população.



Empresa informou que cumprirá com a recomendação

# Plano Diretor é cobrado pelo MP em Teresópolis

## Recomendação foi enviada para empresa do município

Por Redação

A 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Teresópolis encaminhou, no último dia 06/04, uma Recomendação à BDVA Empreendimentos Imobiliários, Sociedade de Propósito Específico (SPE), para que se abstenha de construir empreendimento imobiliário com número de pavimentos superior ao permitido pelo Plano Diretor da Cidade.

De acordo com o documento, a Lei Complementar Municipal 351/2025, aprovada em dezembro de 2025 e que passou a permitir a construção de edificações de até 20 pavimentos na cidade, está em desacordo com o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município, violando o Tema nº 348 do Supremo Tribunal Federal (RE 607940), que estabeleceu que municípios podem legislar sobre projetos urbanísticos específicos, desde que compatíveis com as diretrizes do Plano Diretor.

#### Ressalvas do MPRJ

Na Recomendação encaminhada à empresa, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) ressalta que as alterações trazidas pela Lei 351/2025 mais que duplicam o gabarito máximo previsto no art. 63 do Plano Diretor, possibilitando a

alteração das características paisagísticas, ambientais e urbanísticas da zona urbana municipal ao permitir edificações de até 20 pavimentos.

“A verticalização intensa, com edifícios de até 60 metros de altura, pode alterar o microclima da região e causar sobrecarga na infraestrutura urbana, incluindo sistema viário, abastecimento de água, esgotamento sanitário e fornecimento de energia elétrica, descaracterizando a paisagem urbana e a preservação visual de cartões-postais e do patrimônio histórico e cultural da cidade”, destaca um dos trechos da Recomendação.

O documento também considera que a descaracterização da arquitetura municipal exigiria processo amplamente democrático, com a realização de audiências públicas e consulta aos conselhos municipais, como o Conselho Municipal da Cidade e o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, de acordo com os parâmetros do Plano Diretor e dos artigos 234 e 236 da Constituição Estadual.

A Recomendação já foi recebida pelo representante legal da empresa citada, que afirmou que a cumpriria integralmente e que nenhum licenciamento seria solicitado com base na nova lei enquanto não encerrados os processos judiciais sobre o tema ou revisado o Plano Diretor.